

PERCEPÇÃO E ADEÇÃO DO PROFISSIONAL MÉDICO ACERCA DA PNPIC¹

MUHLEN, GreizleScapini Von²

REUTER, Carlos Eduardo²

RADAELLI, Patrícia Barth³

RESUMO

Este artigo apresenta o resultado de uma reflexão sobre a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC). A questão norteadora refere-se à reflexão acerca do conhecimento e adesão ou não do profissional Médico da rede pública de saúde a essa política. Para a pesquisa, foram utilizadas pesquisas de campo publicadas em teses de mestrado. Os dados coletados pelos autores demonstram que os profissionais da saúde, especificamente os médicos, em sua maioria desconhecem tanto a PNPIC, quanto as terapias complementares em si, embora tenham interesse em conhecê-las. “[...]88,7% desconheciam as diretrizes da PNPIC, embora 81,7% fossem favoráveis ao que ela propõe.” Os dados indicam ainda “[...] relativa ignorância dos profissionais a respeito das PICs, o que sugere a necessidade de capacitações e de divulgação dessas práticas para implantação da PNPIC no município.” Ainda segundo os autores, muitos dos profissionais consultados atentam para a importância da inclusão de tais conhecimentos nas formações acadêmicas da área de saúde e nos serviços públicos. Pautados nessas duas constatações fica claro a importância de um trabalho muito além da ponta da cadeia e possibilitar implantação de projetos em saúde com PICs. Para que algo aconteça é preciso compilar as informações que a ciência já produziu a respeito de cada uma das técnicas terapêuticas e veiculá-las aos profissionais de maneira sistêmica, para então projetos com práticas naturais, tanto na atenção básica como em possíveis centros de especialidades, possam vigorar na rede pública de saúde brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: PNPIC; SUS; terapias naturais; fitoterapia; homeopatia; medicina-antroposófica; acupuntura.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta o resultado de uma reflexão sobre a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC). A questão norteadora refere-se à reflexão acerca do conhecimento e adesão ou não do profissional Médico da rede pública de saúde a essa política.

Para a pesquisa, foram utilizados estudos bibliográficos, análise de documentos e produção de fichamentos. Os resultados foram explicitados a partir das contribuições de autores como Tesser, Thiago e Henriqueta Tereza do Sacramento, ambos efetuaram projetos de pesquisa em suas teses de mestrado, contribuindo para análises específicas acerca de como a PNPIC tem sido implementada

¹Artigo elaborado a partir de pesquisa realizada na disciplina de Leitura e Produção do PRODEP, 1º período, do Curso de Medicina do Centro Universitário Fundação Assis Gurgacz.

²Acadêmicos do 1º período do curso de Medicina do Centro Universitário Fundação Assis Gurgacz.

³Professora Orientadora, docente dos cursos de Direito, Engenharia, Letras, Medicina e Pedagogia – Mestre em Linguagem e Sociedade pela UNIOESTE. Coordenadora do Núcleo de Atendimento e Apoio ao Estudante do Centro Universitário Fundação Assis Gurgacz.

ou mesmo conhecida pelas equipes de saúde pública nos seus diversos níveis, sendo esses de grande valia para tabulações de dados relevantes sobre a pesquisa.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Criada em 2006 pelo Ministério da Saúde, a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) veio dar o primeiro grande passo na inclusão oficial e fomento do uso de diferentes abordagens em saúde antes tidas como alternativas, no Sistema Único de Saúde (SUS). A ideia era tanto incentivar novas iniciativas quanto amparar programas já existentes em nível municipal e estadual.

Inicialmente o Departamento de Atenção Básica, da Secretaria de Atenção à Saúde, do Ministério da Saúde, no período de março e junho de 2004, realizou um diagnóstico no qual destacaram-se a Medicina Tradicional Chinesa- Acupuntura, a Fitoterapia, a Homeopatia, a Medicina Antroposófica e o Termalismo-Crenoterapia, como as principais abordagens já utilizadas na rede SUS.

Ao atuar nos campos da prevenção de agravos e da promoção, manutenção e recuperação da saúde baseada em modelo de atenção humanizada e centrada na integralidade do indivíduo, a PNPIC contribui para o fortalecimento dos princípios fundamentais do SUS.(...)Considerando o indivíduo na sua dimensão global- sem perder de vista a sua singularidade, quando da explicação de seus processos de adoecimento e de saúde- a PNPIC corrobora para a integralidade da atenção à saúde, princípio este que requer também a interação das ações e serviços existentes no SUS.

De outra parte, a busca pela ampliação da oferta de ações de saúde tem na implantação ou implementação da PNPIC no SUS, a abertura de possibilidades de acesso a serviços antes restritos a prática de cunho privado. (Ministério da Saúde – PNPIC, 2006, p.05)

Nesse percurso inicial a implementação da política via como principais desafios criar mecanismos para que toda a cadeia abarcada pelo SUS pudesse ser contemplada integralmente na aplicação das PICs, desde os diferenciais no atendimento pelos profissionais médicos, até o fornecimento dos insumos (até então não protocolares no SUS, como agulhas para acupuntura, medicamentos fitoterápicos, medicamentos homeopáticos, dentre outros).

Um reflexo desse processo é a demanda pela sua efetiva incorporação ao SUS, conforme atestam as deliberações das Conferências Nacionais de Saúde; da 1ª Conferência Nacional de Assistência Farmacêutica, em 2003, a qual enfatizou a necessidade de acesso aos medicamentos fitoterápicos e homeopáticos; e da 2ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde, realizada em 2004. Nesse sentido, o levantamento da inserção corrobora a necessidade que o desenvolvimento da Política Nacional de Práticas integrativas e Complementares no SUS deve ser entendido como continuidade do processo de implantação do SUS, na medida em que favorece de forma efetiva o cumprimento dos princípios e diretrizes que regem o Sistema. (Ministério da Saúde – PNPIC, 2006, p.86)

Outro aspecto fundamental quando se fala da aplicação de políticas públicas em saúde é a coleta e tabulação de dados estatísticos. É essa a ferramenta utilizada para se avaliar necessidades, mensurar resultados e planejar ações futuras. Nos programas de PICs já existentes, isso também era um obstáculo a ser vencido, visto que

As experiências levadas a cabo na rede pública estadual e municipal, devido à ausência de diretrizes específicas, têm ocorrido de modo desigual, descontinuado e, muitas vezes, sem o devido registro, fornecimento adequado de insumos ou ações de acompanhamento e avaliação. (Ministério da Saúde – PNPIC, 2006, p.86)

Partindo dessa necessidade de coleta de dados, Tesser e Thiago (2009), desenvolveram um estudo no município de Florianópolis, SC, investigando a percepção dos profissionais médicos e enfermeiros acerca das PICs na rede pública de saúde. O estudo discutiu um aspecto fundamental nesse processo que é o conhecimento e a aceitação pelos profissionais da rede pública de saúde, os quais irão efetivamente implementar a política nas unidades de saúde.

Os dados coletados pelos autores demonstram que os profissionais da saúde, especificamente os médicos, em sua maioria desconhecem tanto a PNPIC, quanto as terapias complementares em si, embora tenham interesse em conhecê-las. “[...]88,7% desconheciam as diretrizes da PNPIC, embora 81,7% fossem favoráveis ao que ela propõe. ” (TESSER e THIAGO, 2009). Os dados indicam ainda “[...] relativa ignorância dos profissionais a respeito das PICs, o que sugere a necessidade de capacitações e de divulgação dessas práticas para implantação da PNPIC no município. ” (TESSER e THIAGO, 2009). Ainda segundo os autores, muitos dos profissionais consultados atentam para a importância da inclusão de tais conhecimentos nas formações acadêmicas da área de saúde e nos serviços públicos. Tal interesse, de acordo com os entrevistados, se deve a observação das fragilidades encontradas no dia a dia por esses profissionais.

Outro estudo que corrobora o estudo de Tesser e Thiago, foi realizado no município de Vitória–ES, por Henriqueta Tereza do Sacramento, acerca da percepção dos médicos e gestores sobre a implementação da PNPIC do atendimento do SUS. Tal estudo é recente datado de 2015 e demonstra uma realidade abrangente da utilização das práticas integrativas e complementares pelo profissional médico, incluindo além da atenção básica inerente à PNPIC, as PICs aplicadas como baixa complexidade secundária.

Em Vitória as PICs são oferecidas já como especialidades médicas. O sistema público de saúde coloca à disposição da população médicos com especializações em Fitoterapia, Homeopatia ou Acupuntura. Tal inovação é de grande valia e abre um leque de possibilidades na busca da cura dos pacientes que vai além daquele oferecido pelo modelo Biomédico. Entretanto, Sacramento, ao observar a realidade local e os depoimentos dos profissionais médicos e dos gestores, percebe o alcance limitado e atenta para a necessidade de “[...] ampliação e difusão do conhecimento da PNPIC em toda a rede de saúde, visando à melhor compreensão dos objetivos e diretrizes dessa política, seja para os profissionais de saúde, seja para os gestores.” (SACRAMENTO, 2015, p.96)

A autora analisa ainda o modo com que o modelo Biomédico atual lida com a saúde dos pacientes como incompleto, e sugere que médicos homeopatas, fitoterapeutas ou acupunturistas tendam a ser mais resolutivos. De acordo com ela:

No modelo biomédico, o caso é referenciado pelos protocolos de diagnóstico e tratamento de doenças definidos pelo conhecimento dominante, modelo que atribui aos doentes apenas as queixas físicas. A demanda subjetiva e pessoal não é observada nem analisada e faz com que o indivíduo continue se queixando e voltando muitas vezes ao serviço de saúde, onerando o sistema. (SACRAMENTO, 2015, p.66)

Em consonância com o estudo de Tesser e Thiago, Sacramento deparou-se com profissionais queixosos acerca da divulgação das PNPICs, bem como da capacitação falha acerca dos temas nas graduações dos cursos da saúde. Lamenta tal falha, pois percebe-se sua inferência a importância do uso das terapêuticas alternativas ao salientar que:

Temos observado um fenômeno mundial de iatrogenia e medicalização excessivas, com altos custos para o sistema de saúde. Nasce daí a importância de inserção de práticas desmedicalizantes, que tratem com medicamentos e técnicas naturais, com menos riscos dos efeitos adversos e com redução de iatrogenia e de gastos com medicamentos sintéticos. (SACRAMENTO, 2015, p.39).

Sacramento (2015) aponta ainda desafios do complexo processo de implementação e consolidação da PNPIC, e exemplifica entraves enfrentados nesse processo de maneira geral.

Embora os diversos trabalhos científicos e pesquisas apontem as muitas possibilidades e potencialidades das PICs, para que sejam percebidas, valorizadas e aceitas pelos gestores do SUS, o pouco apoio financeiro e institucional do MS destinado a inseri-las no Sistema não garante a oferta de capacitação, a aquisição de insumos e a organização dos serviços, reduzindo, consequentemente, o acesso dos usuários do SUS às políticas públicas efetivamente cuidadoras, resolutivas e promotoras de saúde. Acredita-se que existam forças opositoras ao crescimento das PICs, provavelmente pela pouca inserção dessas práticas nas Universidades, pela baixa produção científica na área, no Brasil, e pela dificuldade de comprovação científica dos benefícios que podem trazer, visto que não existe estímulo nem financiamento para a produção de pesquisas e publicações nacionais. (SACRAMENTO, 2015, p.29-30)

A autora cita ainda, em sua conclusão, um depoimento de um gestor municipal de saúde do município pesquisado, que resume muito do que foi levantado em seu estudo, bem como do levantamento realizado por Tesser e Thiago, e propõe:

A implantação das PICs nos territórios de saúde pode fazer a diferença na incorporação de novas possibilidades de cuidar das pessoas, que visem à integralidade e à resolubilidade, com baixos custos e poucos riscos de efeitos colaterais. Há que se destacar um relato muito expressivo de um gestor entrevistado, quando afirmou que as PICs podem ser o “início de tudo”, atuando para alívio imediato do sofrimento. (SACRAMENTO, 2016, p.97)

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista o levantamento realizado pelas pesquisas de campo utilizadas como referência no artigo, é possível identificar que as “tímidas iniciativas” e o “interesse por parte dos profissionais da rede”, que foram os propulsores da criação da PNPIC, continuam sendo uma realidade. E, portanto, pouca coisa mudou nesse período.

Outro aspecto relevante constatado foi o pequeno número de artigos publicados a respeito das práticas naturais no SUS, o que demonstra que apesar do interesse dos profissionais e do Estado, pouco tem sido produzido no campo científico a esse respeito.

Pautados nessas duas constatações fica claro a importância de um trabalho muito além da ponta da cadeia e possibilitar implantação de projetos em saúde com PICs. Para que algo aconteça é preciso compilar as informações que a ciência já produziu a respeito de cada uma das técnicas terapêuticas e veicula-las aos profissionais de maneira sistêmica, para então projetos com práticas

naturais, tanto na atenção básica como em possíveis centros de especialidades, possam vigorar na rede pública de saúde brasileira.

REFERÊNCIAS

BENEVIDES, Iracema, SIMONI, Carmem De. **Política nacional de práticas integrativas e complementares no sus - pnpic sus trajetória de avanços e desafios**. Revista APS, v.10, n.1, p. 90-91, jan./jun. 2007. Disponível em <http://www.ufjf.br/nates/files/2009/12/Pnacional.pdf>. Acesso em: 12 de maio de 2017.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS - PNPIC-SUS**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

SACRAMENTO, Henriqueta Tereza do. **A implementação da política nacional de práticas integrativas e complementares no município de Vitória-ES: percepção dos médicos e gestores**. Dissertação (mestrado) em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local – Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória, EMESCAM, 2015. Disponível em: http://www.emescam.br/arquivos/pos/stricto/dissertacoes/85_Henriqueta_Tereza_Sacramento.pdf. Acesso em: 12 de maio de 2017.

THIAGO, Sônia de S.; TESSER, Charles Dalcanale. **Percepção de médicos e enfermeiros da Estratégia de Saúde da Família sobre terapias complementares**. Dissertação de mestrado Apresentada à Universidade Federal de Santa Catarina em 2009. Publicado em Revista de Saúde Pública disponível em <www.scielo.br/rsp> Acesso em: 05 de maio de 2017.